

**“A natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos”:
a natureza brasileira na obra de Manuel Arruda da Câmara**
“Nature gave to each country or each climate exclusive privileges”:
the Brazilian Nature in the works of Manuel Arruda da Câmara

Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca¹

Resumo: Este artigo se propõe a analisar a trajetória de Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), expressão no campo da botânica e da medicina no final do século XVIII, destacando sua visão sobre a natureza brasileira. Os conceitos mais representativos da Ilustração, como a crença no poder da razão, o conhecimento da natureza, as ideias de felicidade e de progresso, se evidenciaram, igualmente, no Brasil colonial. A história natural e seus ramos atraíram o interesse de estudiosos, como Manuel Arruda da Câmara, destacando-se os importantes estudos sobre botânica, e sua relação com outras áreas de conhecimento, como a medicina, a agricultura e a química. Na formulação destes conhecimentos também foi decisivo o impacto das teorias de inferioridade e de imaturidade conferidas à natureza americana, na segunda metade do século XVIII, por pensadores europeus, como Buffon e De Pauw. Estas teorias pautavam-se na afirmação de uma estreita conexão orgânica do ser vivo com a natureza, de forma determinista. Ilustrados procuraram responder a estas afirmações elaborando estudos que refutavam a caracterização negativa do continente americano. Importava, desta forma, enfatizar o potencial e as virtudes da natureza local.

Palavras-chave: História das ciências. Manuel Arruda da Câmara. Natureza brasileira. Botânica. Século XVIII.

Abstract: The article aims to analyze the trajectory of Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), a reference in Botany and Medicine in the late 18th century, highlighting his vision of Brazilian nature. The most representative concepts of the Enlightenment, like the belief in the power of reason, the knowledge of nature, the ideas of happiness and progress were also evident in colonial Brazil. Natural History and its branches attracted the interest of scholars such as Manuel Arruda da Câmara, highlighting important studies about Botany and its relationship with other areas of knowledge like Medicine, Agriculture, and Chemistry. The impact of theories of inferiority and immaturity conferred to American nature in the second half of the 18th century by European thinkers such as Buffon and De Pauw, was also critical in formulating this knowledge. These theories predicated upon the assertion of a close organic connection between living creatures and nature, in a deterministic way. Learned men sought to respond these statements making studies that refuted the negative characterization of American continent. Thus it was important emphasize the potential and virtues of local nature.

Keywords: History of sciences. Manuel Arruda da Câmara. Brazilian nature. Botany. 18th century.

¹ Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil (froes@coc.fiocruz.br).

INTRODUÇÃO

O século XVIII caracterizou-se pelo despertar da preocupação com a natureza, com a crença de que importava, então, "arrancar à natureza o segredo tão ciosamente guardado (...) e penetrá-la com todos os poderes do espírito" (Cassirer, 1994, p. 78). Inseridos nesta perspectiva, os ilustrados no Brasil colônia direcionaram seus esforços e suas reflexões na busca do conhecimento da natureza local e na afirmação de suas virtudes físicas e humanas.

Na perspectiva deste estudo, a Ilustração estará sendo compreendida como um processo histórico determinado, caracterizado pelo surgimento, inicialmente na Europa e depois disseminado por outras regiões, de uma nova mentalidade, pela adoção de distintas tendências de natureza ideológica, fundamentadas em teóricos ingleses e franceses e tendo como destaque o poder da razão. Orientados pelas 'luzes' da razão, filósofos e pensadores refletiam sobre questões primordiais das relações entre o homem e a sociedade.

Os conceitos mais representativos do Século das Luzes eram razão, natureza, felicidade e progresso. Afirmava-se uma razão de caráter crítico, que buscava examinar qualquer tipo de pensamento. A natureza era exaltada e deveria estar sob o domínio do homem. A ideia de felicidade distanciava-se da visão de salvação cristã pela transcendência, referindo-se à felicidade na própria Terra. O progresso seria, natural e racionalmente, o resultado da felicidade crescente. Acreditava-se no poder do saber para a melhoria da sociedade, na ideia de progresso à luz do conhecimento das ciências.

A crença na razão e no poder transformador dos conhecimentos foi enraizando-se no Brasil do século XVIII. Inúmeros brasileiros, formados em universidades europeias, como Coimbra, Montpellier, Edimburgo e Paris, foram expressões da cultura ilustrada, das 'luzes' em terras brasileiras, como demonstrou brilhantemente Maria Odila da Silva Dias (1968). A presença do pensamento ilustrado não se restringiu

à posse e à leitura das obras de pensadores europeus, mas sim, e fundamentalmente, compreendeu uma leitura crítica que objetivava a avaliação da pertinência dessas obras e sua utilidade à realidade brasileira. A visão pragmática, igualmente traço da Ilustração, permeava o pensamento de intelectuais e cientistas locais, que preconizavam, primordialmente, a 'felicidade' e o 'bem público'.

Por meio de associações, como a Academia Científica do Rio de Janeiro e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, e de publicações, os ilustrados divulgavam conhecimentos e técnicas estrangeiras, assim como relatavam os experimentos realizados a partir destas técnicas. As associações e agremiações científico-literárias significaram importantes espaços para o debate e para a produção intelectual, onde eram discutidos e divulgados os conhecimentos científicos em evidência na época. Afonso Carlos Marques dos Santos (1992), em seu estudo sobre a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada em 1786, analisou a relação da trajetória das associações ao movimento intelectual das Luzes nas últimas décadas do século XVIII.

Os estudos desenvolvidos por estes ilustrados demonstravam um grande interesse pelo conhecimento da natureza brasileira, então muito desvirtuada em análises estrangeiras. Parecia-lhes fundamental dar a conhecer, entre outras coisas, as virtudes das plantas medicinais locais e o potencial do solo brasileiro. Neste artigo, procuraremos analisar a trajetória de Manuel Arruda da Câmara (1752-1810), expressão no campo da botânica e da medicina no final do século XVIII, destacando, em primeiro lugar, sua trajetória como naturalista e, em seguida, sua visão sobre a natureza brasileira.

A TRAJETÓRIA DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA

Manuel Arruda da Câmara (1752¹, Vila de Pombal, Paraíba² - 1810³, Pernambuco), filho de Francisco de Arruda Câmara e Maria Saraiva da Silva, realizou seus primeiros estudos em

¹ A data de seu nascimento apresenta controvérsias, como a suscitada por Bella Herson (1996), ao afirmar que o correto seria o ano de 1766, baseando-se na data de seu ingresso na Universidade de Coimbra.

² Para Oscar de Oliveira Castro (1955), o local de nascimento foi Plancó, um distrito da jurisdição da Vila de Pombal.

³ Segundo Sacramento Blake (1895) e Manoel Xavier de V. Pedrosa (1959), Arruda da Câmara faleceu em 1810, na ilha de Itamaracá (Pernambuco). Entretanto, pelo ofício dirigido pelo governador Miranda Montenegro ao Conde de Linhares, Arruda da Câmara teria falecido proximamente à data de 11 de junho de 1811 (Câmara, 1982).

Goiânia (Pernambuco). Consagrou-se religioso carmelita em 1783 com o nome de Frei Manoel do Coração de Jesus, no Convento do Carmo de Goiânia, e obteve o Breve de Secularização em 1791/1792.

Sua formação acadêmica iniciou-se com o Curso de Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1786, onde, no ano seguinte, se formou também em Matemática. Ingressou, posteriormente, no Curso de Medicina, na mesma universidade, interrompendo-o devido a alguns problemas surgidos, segundo alguns autores, como Bella Herson (1996), em decorrência de sua posição simpática às ideias da Revolução Francesa. Concluiu sua formação em Medicina na Faculdade de Medicina de Montpellier, na França, doutorando-se em 1791 com a tese intitulada "Investigações fisiológicas e químicas sobre a influência do oxigênio na economia animal, principalmente no calor e na cor dos homens", a qual, baseada na teoria de Antoine Lavoisier, versava sobre a influência do oxigênio no metabolismo animal.

Ao regressar ao Brasil, retornou para Vila de Itambé, localidade na divisa entre Paraíba e Pernambuco, onde exerceu a medicina e fundou o Areópago de Itambé em 1798. Instalado nas proximidades de Pedras de Fogo, (atualmente cidade de També), na divisa entre as capitanias de Pernambuco e da Paraíba, o Areópago era uma sociedade política e secreta destinada a "tomar conhecido no Brasil o estado atual da Europa" (Câmara *apud* Tavares, 1917, p. XXIV).

No ano de 1796, foi encarregado, por meio de uma Ordem Régia, da realização do exame e da investigação das nitreiras no rio São Francisco (Pernambuco) e das minas de salitre e cobre de Jacobina (Bahia), recebendo por tais serviços uma pensão do Estado. Posteriormente, foi designado para preparar os herbários e mostruários de madeiras, óleos e resinas, com os quais o governo português presentearia museus nacionais e estrangeiros, como o Museu Real e o Jardim Botânico de Lisboa. Integrou a comissão de naturalistas incumbida de analisar e aperfeiçoar a obra de Frei Mariano da Conceição Veloso, a

"Flora Fluminense". Participou de várias associações, como a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Médica de Montpellier, a Sociedade de Agricultura de Paris e, principalmente, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, da qual era sócio correspondente.

As espécies vegetais mereceram sua atenção, descrevendo mais de cem plantas, contemplando não somente as de grande interesse comercial, como também as de cunho medicinal. A obra de Arruda da Câmara foi perpetuada não só por meio da divulgação de seus estudos botânicos, mas também pelo reconhecimento que recebeu de outros estudiosos, como Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que, em sua homenagem, deu o nome de *Arrudea* a uma planta do gênero da família das gútíferas.

Destacamos, entre os estudos de Arruda da Câmara: "Aviso aos lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grãos, ou pevides, para aumento da colheita" (Lisboa, 1792); "Do fruto e raiz do mucumã utilizado pelo povo faminto do sertão de Pernambuco" (Lisboa, 1796); "Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de escolher e ensacar o algodão, em que se propõem alguns planos novos para seu melhoramento" (Lisboa, 1799); "Memória sobre o algodão em Pernambuco" (Lisboa, 1810); "Discurso sobre a instituição de hortas nas principais Capitais do Brasil" (Rio de Janeiro, 1810); "Memória sobre as plantas de que se pode fazer barrilha no Brasil" (1814); "Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil, oferecido ao Príncipe Regente" (Rio de Janeiro, 1810); "Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos, próprias para muitos usos da sociedade e suprir a falta de cânhamo" (Rio de Janeiro, 1810); "Flora pernambucana ou Centúria das plantas pernambucanas"⁴; "Tratado de Agricultura" (permaneceu inédito); "Insectologia ou coleção de desenhos de insetos" (permaneceu inédito); "Estampas representando assuntos de história natural, insetos, peixes e pássaros, desenhados a

⁴ Segundo Sacramento Blake (1895), estas obras perderam-se com o falecimento de Câmara, permanecendo inéditas.

lápiz, nanquim e aquarela", por Arruda Câmara; "Dicionário de Botânica ou Compêndio dos vegetais do Brasil, tanto indígenas como aclimados, ampliado e publicado por Joaquim de Almeida Pinto" (Rio de Janeiro, 1873).

O CONHECIMENTO DA NATUREZA BRASILEIRA

Manuel Arruda da Câmara, em seus estudos e memórias, afirmava a importância da ciência e sua utilidade para o crescimento do país. O conhecimento deveria ser fundamentado na experiência, a única linguagem possível e decisiva. As reflexões teóricas dos "sonhadores de gabinete" (Câmara, 1982, p. 253) representavam um tempo perdido, pois não influíam no crescimento da riqueza do país.

Acreditava que a necessidade e o acaso eram as principais fontes de criação do conhecimento científico. Assim, as ciências que deveriam ocupar o lugar de excelência seriam aquelas que mais diretamente interessavam à existência humana, como a agricultura, a medicina e a cirurgia:

A necessidade e o acaso são as duas principais mães ou fontes, donde nascem as ciências e as artes: as necessidades crescem, e se multiplicam à proporção que se civilizam os povos; nos homens, que vivem rústicamente, perto, para assim dizer, de uma vida selvagem, as suas necessidades não se estendem a muito: assim as mais antigas artes e ciências devem ser aquelas que interessassem a existência e o cômodo, tal qual podiam ter os primeiros homens (...). Pelo que a Agricultura dos alimentos, a Medicina, a Cirurgia, que interessavam imediatamente a sua saúde, e a sua existência, deveriam ocupar o primeiro lugar na ordem dos tempos (...)
(Câmara, 1813a, p. 23-24).

Arruda da Câmara concebia o conhecimento e o domínio da natureza como tarefas fundamentais para a promoção da felicidade pública. Era da natureza que seriam extraídos todos os recursos para o sustento e a sobrevivência dos homens. O reino vegetal, como se referia, era, na mais pura concepção da Ilustração do século XVIII, a mais importante fonte de riquezas de qualquer nação e, portanto, era chegado o momento para seu conhecimento e desbravamento.

Nesse sentido, elaborou inúmeros estudos versando sobre os diversos vegetais existentes nas terras brasileiras, com especial destaque àqueles cuja exploração representaria resultados econômicos, tais como os que forneciam óleos, linho, vinho, féculas, farinhas, frutas e medicamentos.

Arruda da Câmara era associado da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada em 1786 com o objetivo de repartir as luzes científicas (Estatutos..., 1939). Neste espaço, apresentou estudos que privilegiavam a investigação científica da natureza, a divulgação do saber e sua utilização para o benefício da população.

Vários de seus estudos foram publicados posteriormente no periódico "O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil do Rio de Janeiro", fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), e que circulou de janeiro de 1813 a dezembro de 1814. Nos diversos editoriais e artigos publicados em "O Patriota", evidenciava-se a ideia da utilidade da divulgação dos conhecimentos científicos, entendidos estes como instrumentos para o benefício da sociedade, e identificando este exercício com um sentimento 'patriótico'. Desse modo, "O Patriota" procuraria desenvolvê-los, sob aplausos e censuras, mas "desperto ao brado da Pátria" (Introdução, 1813, p. IV-VI), tendo entre seus principais colaboradores figuras em evidência no cenário intelectual da época, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Mariano José Pereira da Fonseca, Cláudio Manuel da Costa, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Domingos Borges de Barros, Manuel Arruda da Câmara, Ildefonso José da Costa e Abreu e Francisco de Borja Garção Stockler.

Lorelai Kury (2007), analisando "O Patriota", destacou sua importância na divulgação de trabalhos científicos sobre as terras brasileiras, sobre a geografia das plantas e as possibilidades de aclimação de plantas, como especialmente evidenciou-se no estudo "Memória sobre a cultura dos algodoeiros", de Arruda da Câmara.

Arruda da Câmara notabilizou-se pelos estudos sobre diversas culturas, especialmente sobre o cultivo dos algodoeiros, dissertando sobre sua introdução no país, seu potencial

econômico, a descrição de diferentes espécies, suas condições e métodos mais adequados de plantio. O ponto de partida para esse estudo foi a constatação da existência de muitas espécies vegetais nativas totalmente desconhecidas por brasileiros e estrangeiros:

(...) Caruhá, Caraguatá, Barriguda, Macahiba, Araticuns, Carnaúbas, Ticuns, Carrapixo, Guaxumus etc., das quais plantas a maior parte não foi ainda descrita por botânico algum, e que deveriam merecer ao Ministério uma indagação a respeito de suas tenacidades e mais qualidades próprias para a cordoaria, e eu não vejo trabalho feito neste gênero, que nos ponha debaixo dos olhos uma tábua sinótica, para que pela comparação nós possamos desenganar de termos o gosto e a conveniência de usarmos na nossa marinha dos linhos que o nosso país nos oferece naturalmente com tanta abundância, de preferência o cânhamo (Câmara, 1813a, p. 32-33).

Procurou ressaltar, igualmente, em seus estudos, a insuficiência dos sistemas explicativos produzidos por europeus, em especial a classificação de Lineu, a qual não apresentava corretamente todas as espécies brasileiras, como, por exemplo, a *Cassia*, ou as descrevia inadequadamente.

A questão das peculiaridades de cada região era abordada por meio da análise da cultura do algodão. Adotava como ponto de partida a constatação de que esta planta crescia naturalmente em duas regiões do mundo, a Ásia e a América, e que, portanto, seriam infrutíferas quaisquer tentativas de naturalizá-la em outras terras:

Os que pensam que esta planta se pode naturalizar em Europa, bem se podiam desenganar, se lessem a Memória do Mr. Quatremere, lida na Academia das Ciências de Paris: nela fez ver o seu autor, que pela diferença dos climas degenera pouco a pouco, passando do estado de árvore elevada ao de erva rasteira, e de frutífera a infrutífera (Câmara, 1813b, p. 48).

O desconhecimento sobre os recursos naturais brasileiros era comum, inclusive entre os cientistas, e decorria, segundo Arruda da Câmara, da ausência de critérios e fundamentos na elaboração de análises:

Lendo as obras dos Naturalistas, que falam do Algodoeiro, vejo que se enganaram a respeito do terreno mais apto para a melhor produção deste gênero de planta tão importante; e meditando profundamente a causa disto, não posso deixar de supor que escreveram por notícias de viajantes, e homens que não tratam *ex professo* desta cultura. Todos que tenho lido dizem que o Algodoeiro produz melhor nos terrenos arenosos e áridos, e que não duram mais de três anos. Se na Ilha de S. Domingos, e outras paragens sitas na mesma latitude, o Algodoeiro não chega à idade mais avançada, ou é por ser plantado em terreno impróprio, tal como o arenoso, ou porque a inclemência do clima lhe encurta a vida. Nesta Província de Paranaíba, onde cultivo este gênero, há veia da terra em que o Algodoeiro vive 10 a 12 anos, e mais, frutificando sempre com o maior proveito do agricultor: eu os tenho desta idade pouco mais ou menos (Câmara, 1813b, p. 53-54).

Desta forma, muitos ignoravam por completo a variedade de espécies de algodão, e desconheciam a existência de um tipo próprio à região do Maranhão, descrito detalhadamente por Arruda da Câmara em suas observações.

A incompreensão do caráter natural de cada espécie vegetal gerava o não conhecimento das propriedades do cultivo e das especificidades de plantio (localização, clima e solo). A falta de informações corretas sobre o cultivo do algodoeiro, ou sobre qualquer outra cultura, determinava, inevitavelmente, o fracasso de seus resultados e, conseqüentemente, de sua rentabilidade econômica.

As características climáticas e de solo eram fatores decisivos no cultivo do algodoeiro. A constituição do solo representava um dos componentes básicos para o bom desempenho da planta. Neste aspecto, Arruda da Câmara acreditava que as terras brasileiras eram beneficiadas:

Não conheço país algum onde o Algodão chegue a estes anos: logo, a qualidade deste terreno deve-se considerar como a mais própria para esta cultura. Tenho observado que as partes que melhor produzem o Algodoeiro constam de uma mistura de barro (argila) e terra arenosa, a qual sem esta mistura nunca convém à vegetação do Algodoeiro (Câmara, 1813b, p. 54).



Para Arruda da Câmara, era imprescindível o estudo detalhado das culturas, contemplando os tipos de terrenos, as propriedades e potencialidades do cultivo do algodoeiro:

Distinguem-se três qualidades de terreno, em que se costuma plantar Algodoeiros. 1º Vargem, 2º Caatinga, 3º Arisco. Chamam vargem as planícies, que bordam os rios, e ribeiros; logra também o nome de vargem uma planície sem lombo algum, ainda que não seja retalhada de rio; mas as primeiras são com razão preferíveis a estas pela sua melhor produção. Caatinga, em todo o rigor do termo, entende-se por um terreno cheio ou coberto de uma espécie de *Cassia*, não descrita ainda por Lineu, à que eu tenho dado o nome de moscata (...). Arisco, como o nome o está indicando, chamam aquele terreno quase inteiramente arenoso, ou seja, coberto de mato, ou calvo; este dos três é o pior. Em tudo é preferida a vargem porque, além de outras bondades, conserva a frescura por muito tempo, ainda depois de acabadas as chuvas, qualidade que não tem os outros terrenos (Câmara, 1813b, p. 53).

Com relação ao suprimento de fios e fibras, sugeria a utilização das folhas dos ananazeiros manso e bravo como substitutos do linho, o que era de muito significado, tendo em vista a importância econômica desta produção.

A afirmação da naturalidade das espécies era um ponto fundamental no seu esforço de caracterização das especificidades da natureza brasileira, questão central para estes cientistas, pois "a natureza deu a cada país, ou a cada clima, seus privilégios exclusivos, e que sempre gozaram apesar de todo o esforço de arte" (Câmara, 1813b, p. 48).

As terras brasileiras apresentavam peculiaridades, as quais não poderiam ser desprezadas, pois as distinguiam e lhe conferiam uma existência rica. Ressaltava, ainda, que as características naturais brasileiras eram as mais adequadas para o cultivo em questão:

Neste País não se distinguem, como na Europa, as quatro Estações constantes, apenas se marcam duas, verão e inverno (...). Onde não há esta multiplicidade de serras e os campos são mais espaçosos, as chuvas não são tantas, a tempérie do ar é seca e quente, chamam mimoso. Este é o clima mais conveniente para a plantação do Algodoeiro;

ai cresce bem, produz abundantemente, contanto que se escolha a terra, que inculquei por melhor no cap. antecedente, ai finalmente, dura o Algodoeiro 10, 12, 14, e mais anos (...). (Câmara, 1813c, p. 39-40).

Dessa maneira, afirmava a positividade da natureza brasileira e questionava a tão propalada benignidade e superioridade do velho continente. Arruda da Câmara acreditava que justamente nos trópicos encontravam-se as regiões mais adequadas para a presença do ser humano, onde poderia alimentar-se da riqueza e variedade das terras e climas. Em suas terras poderiam ser cultivadas, igualmente, plantas da Europa, África e Ásia. Para tal, seria eficaz e de grande utilidade o estabelecimento de jardins botânicos ou hortos públicos. Em contrapartida, caracterizava a Europa como uma região pouco dotada pela natureza, não se sobrepondo, portanto, à natureza brasileira.

Preocupava Arruda da Câmara, assim como a outros ilustrados, as visões sobre a natureza brasileira de autoria de pensadores e viajantes europeus. Eram frequentes as referências à população brasileira por sua "indolência, a desonestidade, um espírito de vingança, e excessos de todo o gênero não são pouco frequentes entre a grande massa do povo" (Grant, 1813, p. 73). Atribuía-se a elaboração de concepções como essa à falta de informações e de critérios sobre o processo de produção:

Tal homem, dotado por ventura de alguns conhecimentos de história natural, entra em um país desconhecido: vê pequenas amostras de produtos naturais, avista (como pôde examinar?) em um ligeiro trajeto pessoas talvez da última relé, deixa-se levar das aparências grosseiras, que muitas vezes são capa de um interior virtuoso, e pernecendo, ou transitando por uma Cidade, uma Vila, ou ainda um lugar, se gaba de conhecer os costumes até do todo dos habitantes (Exame..., 1813, p. 69).

Embora não se referisse especificamente às abordagens do filósofo Comenius De Pauw (1739-1799) e do naturalista Georges-Louis Leclerc, Comte de Buffon (1707-1788), Arruda da Câmara demonstrava conhecê-las e afirmava a necessidade de refutá-las. Com Buffon, destacou Gerbi (1996), nasceu a

tese da debilidade ou imaturidade do continente americano, especialmente a partir de sua obra "História Natural" (1747), na qual afirmara que o continente americano era geologicamente mais jovem, apresentando por isso uma abundância de rios e lagos, constituindo-se num ambiente muito frio e úmido, inóspito para o pleno desenvolvimento da natureza vivente. A obra "Recherches philosophiques sur les Américains" (1771), de De Pauw, desenvolveu os argumentos de Buffon de uma forma mais radical, não se limitando a caracterizar apenas a fauna, mas concentrando sua análise nas características dos homens americanos, definindo-os como naturalmente brutos, selvagens e primitivos, provocando as mais incisivas reações e 'aquecendo' a polêmica.

Caberia, dizia Arruda da Câmara, aos estudiosos brasileiros a reflexão a respeito, para que assim fosse possível colocar-se por terra a reprodução de imagens incorretas sobre o Brasil:

Agora é conosco! Que belo caráter! Quantos anos estudou este homem o espírito do público! Vendo a gentinha a seu alcance (...), conclui um viajante estrangeiro dos costumes de um país? Infelizmente todos os estrangeiros se copiam neste e em muitos pontos (...). Geógrafos aliás acreditados, viajantes ilustrados, tem trasladado estes impropérios (Exame..., 1813, p. 73-74).

O médico e botânico alertava para a excelência das terras brasileiras, notadamente a província de Pernambuco. A presença de condições naturais adequadas era, na sua concepção, o principal fator para o cultivo do algodão, o qual necessitava de poucos recursos de outra ordem, como equipamentos, sendo necessário somente a enxada e uns poucos homens para plantar um grande campo.

A natureza era a 'mestra' de todos, fornecendo os subsídios necessários para a compreensão do processo de crescimento dos vegetais:

Não precisa ter grandes instruções da Física dos vegetais, para vir no conhecimento desta verdade; basta não fechar os olhos aos fenômenos que a Natureza nos mostra a cada passo. Se caem

sobre a terra muitas sementes de qualquer vegetal amontoadas, ou apinhadas, e chegam a nascer; crescem sempre fanadas; porque o terreno, que apenas seria suficiente para nutrir uma só planta, se emprega em fazer vegetar muitas ao mesmo tempo; além de que o ar, que também ser por si, e pela água e umidade, que consigo traz em dissolução, não pode circular livremente entre elas. Se a natureza não tivesse prevenido esta desordem, brevemente se teria acabado a continuação da produção dos entes vegetativos (Câmara, 1813b, p. 41-42).

O conhecimento da natureza brasileira não só representava a possibilidade de sua exploração econômica, como também proporcionava um conjunto de ensinamentos no campo da medicina por meio da constatação da propriedade medicinal de inúmeras plantas nativas:

A necessidade tem ensinado aos nossos rústicos, a virtude vulnerária, que possui o calix e as folhas desta planta; eles pisam qualquer destas partes, e espremem o suco sobre as suas feridas, e obtêm um pronto efeito deste medicamento: eu não tenho visto esta prática, mas tenho me visto na precisão de usar dele em muitas ocasiões, e em feridas muito consideráveis, e estou tão persuadido desta virtude do algodoeiro, que ainda na concorrência de outros vulnerários, prefiro sempre (...) um bálsamo, que contém tanto as cápsulas como o calix e folhas, em pequenos folículos espalhados na superfície (...). Eu tenho obtido algumas porções desta substância, raspando e espremendo com a lâmina de uma faca a superfície da cápsula (Câmara, 1813a, p. 33-34).

Sua formação médica evidenciou-se também na análise de vegetais, caracterizando as moléstias que acometiam diversas plantas, como o algodão, de forma análoga à tipificação dos males dos seres humanos, identificando-as como debilidade, resfriamento, cancro, golpe do sol ou destruição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do pragmatismo científico, Arruda da Câmara afirmava que o conhecimento científico deveria, necessariamente, ter como parâmetro para sua elaboração a ideia de utilidade para a sociedade, para o "bem comum":



Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações de que era capaz, segundo as luzes, ainda que tênues, que eu tinha adquirido, para que meus patrícios tivessem alguma coisa que lhes fosse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam. (...) é que eu devo consagrar este pequeno trabalho, com o qual procurei contribuir, segundo a fraqueza de minhas forças, para o bem comum da Pátria (...). O bem comum é o edifício para cuja construção todos os particulares têm obrigação de trazer os materiais, conforme os seus talentos (...) (Câmara, 1982, p. 109-111).

Na construção da ideia de "bem comum", esboçava elementos de sua concepção de 'pátria', caracterizada, então, por um sentido distinto ao adotado posteriormente. Tratava-se da ideia de uma comunidade para a qual todos deveriam contribuir com seu trabalho, buscando conhecer e alcançar tudo que lhe era próprio. Era recorrente a utilização dos conceitos de 'pátria' e 'nação' em estudos e memórias científicas dos ilustrados brasileiros. Nestes discursos, 'pátria' referia-se, basicamente, ao local de nascimento, enquanto 'nação' remetia à relação com a metrópole portuguesa. A utilização de expressões, como 'patriota', 'bem comum da Pátria', 'brasileiros' e 'patrícios', por Arruda da Câmara e outros ilustrados, representava também o esforço na delimitação de diferenças e na afirmação de valores próprios. Apresentavam a construção de uma consciência, embora ainda na sua forma embrionária e particularizada. A ideia de 'pátria' então concebida não incorporava todos os segmentos sociais. Tratava-se de uma ideia embrionária e circunscrita.

Embora estes conceitos apresentassem estas limitações, não resta dúvida quanto a seu significado no processo de conscientização da comunidade que se imaginava formar. As concepções e reflexões dos ilustrados os configuravam como homens de ciência que buscavam o enfrentamento de circunstâncias da época. A afirmação dos recursos naturais e de suas especificidades, dos valores culturais e da capacidade do 'brasileiro' contribuiu para a cristalização de uma cultura autóctone e para a formação de uma 'brasilidade'. Muitos ilustrados buscavam o

reconhecimento de uma existência diferenciada, de sua capacidade intelectual, de sua autonomia para usufruir seus recursos e forças, mas não uma ruptura política. Embora o pensamento e a trajetória destes cientistas não apresentassem propostas de ruptura política, expressavam, no entanto, um sentimento diferenciado em relação à condição colonial. A distinção 'nação'/ 'pátria' apontava para um processo progressivo de afastamento, a partir do qual já não se viam mais como portugueses.

O conhecimento da natureza brasileira poderia promover o enriquecimento do país por meio dos resultados decorrentes da exploração de culturas, que não só prometia grandes lucros, valorização das terras e dos portos, como também significava a oportunidade de trabalho para muitos. Na avaliação de Arruda da Câmara, estas metas deveriam ser alcançadas rapidamente e decididamente em benefício da 'nação', para supri-la, aumentar-lhe o comércio e favorecer toda a população. A esta ideia de crescimento econômico estava atrelada a de autonomia econômica:

Cuido que desta maneira se verá em pouco tempo o Brasil mais enriquecido e independente das outras partes do mundo, no que respeita às produções que a Natureza espalhou por todas: ajuntemo-las e apropriemo-las; e se a isto se juntar, ainda, a indústria de manufaturas, ao menos as bastantes para o nosso consumo (o que é muito de esperar do nosso sábio Ministério) que Império haverá no mundo igual a este? (Câmara, 1982, p. 204).

Arruda da Câmara concebia o conhecimento e o domínio da natureza como tarefas fundamentais para a promoção da felicidade pública. Seus estudos sobre as diversas culturas, especialmente a do algodoeiro, apresentavam o processo de introdução, seu valor econômico, suas diferentes espécies e condições de cultivo.

O botânico Arruda da Câmara compreendia como uma missão a busca do conhecimento da natureza que o rodeava, do reconhecimento da aptidão e da capacidade intelectual dos habitantes locais. A plenitude desta missão representava um caminho para a criação e afirmação da consciência de uma 'nacionalidade' em construção.

A trajetória de ilustrados, como Arruda da Câmara, corrobora as palavras de Antonio Cândido, segundo o qual estes

(...) eram homens fervorosamente patriotas, na medida em que procuravam agir conforme estas diretrizes visavam integrar o Brasil no mundo intemporal da razão e da ciência, onde se uniam os povos quando orientados pelos seus princípios. Assim como a franquia dos portos quebrava o isolamento econômico, o reino da ciência deveria romper o bloqueio cultural, pelo império das ideias que equiparam os homens no tempo e no espaço (Cândido, 1959, p. 237-238).

REFERÊNCIAS

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. **Manuel Arruda da Câmara - Obras Reunidas, coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonçalves de Melo**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. Memória sobre o algodoeiro. **O Patriota**, Rio de Janeiro, n.1, p. 23-33, jan. 1813a.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. Memória sobre o algodoeiro. **O Patriota**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 43-55, fev. 1813b.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. Memória sobre o algodoeiro. **O Patriota**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 39-46, mar. 1813c.
- CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959. (v. 1: 1750-1836).
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.
- CASTRO, Oscar de Oliveira. **Vultos da Paraíba**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-170, jan.-mar. 1968.
- ESTATUTOS da Sociedade Literária do Rio de Janeiro estabelecida no ano do governo do Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Luís de Vasconcelos e Sousa. V. Rei do Estado. 1786. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 61, p. 519, 1939.
- EXAME de algumas passagens de um moderno Viajante ao Brasil, e refutação de seus erros mais grosseiros, por um Brasileiro. **O Patriota**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 69, set. 1813.
- GERBI, Antonello. **O Novo Mundo. História de uma polêmica: 1750-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GRANT, Andrew. History of Brazil, comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events, which have occurred there since its discovery; a description of the manners, customs, religion, & c. of the natives and colonists; & c. Londres, 1809. **O Patriota**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 73, set. 1813.
- HERSON, Bella. **Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- INTRODUÇÃO. **O Patriota**, Rio de Janeiro, n. 1, p. IV-VI, jan. 1813.
- KURY, Lorelai. **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcelos. Estudantes brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 243, p. 35-71, abr.-jul. 1959.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **No rascunho da nação: Inconfidência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

Recebido: 02/02/2010
Aprovado: 23/07/2010

